

**Representações do Desenvolvimento Humano e das Desigualdades no  
Brasil a partir dos Indicadores e Índices do Atlas Brasil**

**Lidiane Aparecida Alves**

Professora Doutora, PMU, Brasil.  
lidianeaa@yahoo.com.br

## RESUMO

O presente artigo objetiva refletir sobre os indicadores e índices do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – Atlas Brasil, enquanto instrumento para o conhecimento da realidade. Para atingir esse objetivo realizou-se um levantamento bibliográfico, acerca da temática, abarcando as escalas internacional e nacional, além das informações disponibilizadas pelo Atlas Brasil. Destaca-se que ao disponibilizar a todos os cidadãos em plataforma interativa, de fácil acesso e compreensão, o Atlas Brasil consiste em um importante instrumento a ser apropriado para promoção e acompanhamento, da escala nacional à local, do desenvolvimento humano no país. Pela autonomia dos municípios brasileiros para a consecução de suas políticas/serviços públicos, o conhecimento das heterogeneidades intramunicipais, que incidem sobre o desenvolvimento, por exemplo, na escala dos “bairros”, é profícuo para intervir nas áreas prioritárias de modo mais preciso. Isso já é possível para as regiões metropolitanas, quiçá logo possa ser também para a totalidade dos municípios brasileiros. Ademais ratifica-se a importância da disponibilização e da utilização de informação para ampliar a capacidade de escolha e a liberdades das pessoas para transformar a realidade em que vivem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atlas Brasil. Municípios. Indicadores. Índices.

## 1- INTRODUÇÃO

*Tudo o que é valioso na sociedade humana depende da oportunidade para o desenvolvimento concedida ao indivíduo (Albert Einstein, 1879 – 1955).*

A ideia expressa na frase, usada na epígrafe, do físico Albert Einstein, que, de certo modo, anteviu o conceito de desenvolvimento humano dos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen, evidencia que para o desenvolvimento as pessoas devem ser o foco e ter suas capacidades e liberdades de escolha ampliadas. Atualmente, tal pressuposto é consensual entre os estudiosos de diferentes áreas da ciência, especialmente aqueles com posturas progressistas, os quais entendem que as pessoas devem ter oportunidades para o desenvolvimento, cujo capital social é fundamental para a manutenção do círculo de desenvolvimento humano, redução das desigualdades e dos problemas ambientais.

Tal perspectiva e outras convergentes, que tem como fundamento a construção de um ambiente sustentável, tornam-se essencialmente importantes, no contexto em que mais da metade (54%) da população mundial, 3,9 mil milhões de pessoas vivem em cidades, cuja urbanização será mantida de modo intenso, rápido, complexo e irreversível. Conforme apontam as estimativas das Nações Unidas (2014), com uma taxa de crescimento anual duas vezes maior do que o projetado para a população total (1,8% contra quase 1%) até 2030 mais 4,9 bilhões de pessoas deverá viver em cidades, o que representará 60% da população mundial, enquanto que para o ano de 2050, serão mais 2,5 bilhões e esse percentual será próximo a 70%. A pressão sobre os recursos, alto nível consumo de energia e de emissões, além dos problemas gerados em função do não atendimento às demandas por habitação, infraestruturas, emprego, serviços básicos como a educação e saúde, etc. aumenta a incidência de diversos problemas socioeconômicos nas cidades, especialmente em países de urbanização tardia e acelerada, como o caso do Brasil.

Contudo, uma realidade essencialmente urbana não inviabiliza o alcance do desenvolvimento, há oportunidades para alcançá-lo, sendo, normalmente mais barato e menos prejudicial ao ambiente prover serviços em áreas densamente povoadas. No entanto, as informações tornam-se imprescindíveis para conhecer as prioridades, estabelecer políticas

públicas e promover melhorias e monitorar o progresso das condições de vida das pessoas. (NAÇÕES UNIDAS, 2014). Nesse sentido, a importância da participação da população local para o reconhecimento das suas prioridades tendo como base os dados secundários confrontados com a realidade vivenciada na reprodução da vida.

De modo geral, avanços significativos foram alcançados, em nosso mundo globalizado são importantes os progressos na tecnologia, ciência, educação e rendimentos, aos quais estão subjacentes expectativas de vida mais longa, saudável, segura e com autonomia física e econômica, fundamentais ao desenvolvimento humano. Os indicadores e índices, como os indicadores socioeconômicos e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e atestam tal evolução, bem como servem para evidenciar o quanto e onde ainda se tem a melhorar, auxiliando na identificação de aspectos a serem priorizados pelas políticas públicas.

Nesse sentido, destaca-se importância da produção, sistematização e divulgação dessas estatísticas em plataformas digitais, tal como faz o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, que engloba o Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios e o Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas, permitindo a toda a sociedade: estudiosos, pesquisadores, gestores públicos e sociedade civil, conhecer as nuances do desenvolvimento, em diferentes escalas, desde a nacional até as intramunicipais, a partir de plataformas interativas de consulta, como a denominada Atlas Brasil<sup>1</sup>. Reconhece-se tal evolução assim como destaca-se a importância de melhorias contínuas, tanto considerando a utilização das informações como a partir da incorporação novas dimensões e escalas de análise.

Diante do exposto o objetivo geral deste artigo é apresentar algumas reflexões sobre os indicadores e índices do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, na perspectiva de que ao considerar várias dimensões essenciais a qualidade de vida, são instrumentos potenciais para o “empoderamento”<sup>2</sup> social e para a gestão das políticas públicas, pelo conhecimento dos aspectos socioeconômicos da realidade local. O seu objetivo específico é enfatizar a importância do conhecimento da realidade do lugar e dos sujeitos, para que sejam elaboradas estratégias de intervenção voltadas às áreas prioritárias, de modo a romper com estruturas político-administrativas centralizadas, que contribui com a manutenção da desigualdade.

Para atingir os objetivos propostos, realizou-se um levantamento bibliográfico, acerca da temática, abrangendo as escalas internacional e nacional. Utilizou-se de bases de dados de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, artigos), além de documentos, dados e estudos oficiais, nomeadamente aqueles do Atlas Brasil- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e Fundação João Pinheiro – FJP.

É importante destacar que, apesar dos avanços em relação às novas tecnologias de informação e, por conseguinte na produção e disponibilização de informações, nota-se que ainda há subutilização de dados disponíveis, sobretudo considerando de modo integrado elementos os diferentes aspectos que caracterizam o local.

---

<sup>1</sup> <http://www.atlasbrasil.org.br/>

<sup>2</sup> Empoderamento como a tradução do termo inglês *empowerment*, que significa capacitação e fortalecimento da participação da comunidade.

## 2- BREVE RETROSPECTIVA DOS INDICADORES E ÍNDICES SOCIAIS: do PIB ao IDH

As estatísticas ou indicadores sociais<sup>3</sup>, além de fornecerem informações empíricas e medições válidas sobre a situação da sociedade considerando dimensões-chave do bem-estar humano, são necessários para analisar, apontar tendências e definir ações a serem implementadas. Estes indicadores são sucessivamente transformados, com vistas a oferecerem melhor compreensão da situação, outrossim, o ideal é que sempre ultrapassem a fronteira da descrição e sejam a base para intervenções.

Whereas the descriptive approach asks, "What social conditions exist?" the analytic approach raises the underlying question, "Why do those conditions exist?" Analyzing the reasons for a problem is, of course, more difficult than merely pointing out that the problem exists. Yet, without a theory about the cause of a problem, a solution can rarely be found. (COBB; RIXFORD, 1998, p.2).

Monitorar o andamento da sociedade não é novidade surgida recentemente. Os Romanos, por exemplo, buscavam por meio de números acompanharem o grau de desenvolvimento dos governos. Segundo Cobb; Rixford, (1998, p.20) o uso dos indicadores para aferição das condições sociais remonta ao século XIX, mais especificamente ao ano de 1830, quando foram utilizados como ferramentas para analisar e buscar melhorias nas condições sociais e da saúde pública nas cidades industriais (na Bélgica, França, Inglaterra e Estados Unidos). Os autores destacam ainda que, nesse contexto ocorreu também a primeira coleta de dados pelos censos e o estabelecimento de modelos causais que relacionavam as doenças à pobreza e ao ambiente. Contudo, os estudos com enfoque social foram postos em segundo plano por alguns anos em função dos reflexos da Grande Depressão, que desviou a preocupação do governo para realizar pesquisas para avaliar as condições de vida e emprego, além de indicadores do ciclo de negócios com vistas a impedir futuras crises. O contexto da Segunda Guerra Mundial, também demandava que atenção especial fosse dispensada as condições econômicas, e como um meio de analisar e organizar a produção de guerra foi desenvolvido o Produto Interno Bruto (PIB). Desde primeira metade do século XX, tido como principal instrumento de análise da sociedade na perspectiva da economia.

O PIB consolidou-se como o principal instrumento de análise da produção de bens e serviços. Porém, é cada vez maior o reconhecimento de que esse é insuficiente para avaliar a distribuição dos "mecanismos que aumentam ou reduzem a desigualdade" conforme destaca Dowbor (2014). O PIB não é capaz de ilustrar o quão boa ou ruim está a situação dos indivíduos nem a forma de distribuição da riqueza, ou seja, locais com PIB's relativamente elevados podem igualmente apresentar grandes diferenças entre ricos e pobres. Além disso, até mesmo quando o foco é progresso econômico o PIB apresenta deficiências, sendo que as análises devem ser complementadas com indicadores alternativos, conforme a reafirma o pesquisador do NEF, Meadway (2014, p.1).

---

<sup>3</sup> O Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar dos EUA no relatório *Em direção a um balanço social* (1969, p.97) os definiu como: "[...] uma estatística de interesse normativo direto que facilitou o julgamento conciso, abrangente e equilibrado sobre a condição dos principais aspectos da sociedade. E em todos os casos uma medida direta do bem-estar e sujeito à interpretações, como se as mudanças estão na direção "certa" [...]". (STIMSON, MARANS, 2011, p.36).

GDP is an increasingly inadequate measure of progress. Over the last decade or more the presumed link between increasing GDP and rising living standards has broken down for most people, with real wages failing to rise with economic growth. So to discover what is really happening to our economy, we need to look beyond GDP. This paper sets out five indicators that allow us to better understand the short-term reality of the

Coalition Government's recovery and what it means for our economy in the long term. All five are standard economic statistics, either publicly available, or based on official sources. They are: 1. Unsecured borrowing by households; 2. House prices vs. average earnings; 3. Average real earnings; 4. Output per hour worked; 5. Investment as a share of GDP.

Logo, o entendimento de que o progresso econômico não, necessariamente, significa boas condições sociais e a emergência do “movimento dos indicadores sociais” modificou a perspectiva sobre os indicadores que, por muito tempo tiveram um viés mais econômico do que social. Esta perspectiva tem se fortalecido, posto as recomendações para que o sucesso das sociedades seja medido “em termos da melhoria da saúde e bem-estar dos cidadãos e da sua qualidade de vida e em termos de uso sustentável dos recursos, particularmente em relação ao ambiente e à economia” (OMS, 2012, p.1).

A partir da segunda metade do século XX, a questão social tem sido abordada por agências internacionais como as Nações Unidas (UN) que adotou o IDH criado em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq para tratar da relação entre desenvolvimento econômico e humano. O IDH rompeu com o paradigma de que país desenvolvido era país rico, ao propor que o desenvolvimento humano, ‘centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar’, a partir da liberdade de escolha das pessoas, considerando ‘suas capacidades e as oportunidades’. O que requer a possibilidade de viver uma vida longa e saudável, de estudar e de ter uma renda decente combinado com oportunidades e direitos garantidos. Logo, para o desenvolvimento, é preciso não aumentar o PIB como um fim em si mesmo, mas criar um cenário onde as pessoas possam desenvolver seu pleno potencial e viver vidas ‘[...] produtivas e criativas, de acordo com suas necessidades e interesses’ (BOLZON, 2015).

Neste contexto, surgiram muitas iniciativas sob diferentes enfoques, e os indicadores têm ganhado um espaço cada vez maior, inclusive no nível local. Na Cúpula do Rio +20 e no 4º Fórum Mundial da OCDE realizado em 2012, bem como nas estratégias da Europa 2020 e no âmbito da OMS, foi reafirmado que há uma demanda especialmente por indicadores síntese em um nível de agregação semelhante ao do PIB. Tais indicadores devem ser conforme reconhece a UN-HABITAT “un conjunto de instrumentos de gestión que permiten identificar la realidad urbana, y servir de base para la formulación de políticas, programas y proyectos que la mejoren en forma continuada y sostenible”. Portanto, devem ser capazes de expressar o progresso da sociedade nas áreas que são importantes para o desenvolvimento humano e bem-estar social. Os indicadores síntese têm como vantagem a facilidade de compreensão pelo público e formuladores de políticas, por outro lado têm como desvantagem a dificuldade para criação, da seleção daquilo que realmente é importante para tratar de fenômenos complexos.

Acrescenta-se ainda que os indicadores devem ser agregados ou desagregados para níveis adequados de modo que possam ser feitas comparações entre as categorias sociais de

interesse (por instância pela nação ou região, por sexo, etc.) (FAHEY et al, 2003, p.10). E também apresentar características essenciais como serem: práticos, válidos, simples, viáveis, relevantes, confiáveis, compreensivos, dinâmicos, replicáveis e ter custo-efetivo.

Por sua simplicidade, facilidade de compreensão, confiabilidade, por ser uma ‘forma holística e abrangente de mensurar o desenvolvimento’, enfim por estar de acordo com a maioria dos critérios inerentes aos indicadores sociais, o IDH consolidou-se como ‘forma de compreensão do desenvolvimento humano’ em todo o mundo. Sendo que, no caso do brasileiro, o Atlas Brasil disponibiliza o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)<sup>4</sup>, bem como outros indicadores socioeconômicos, consistindo, portanto um efetivo instrumento para o conhecimento da realidade.

### **3- Índices e indicadores do Atlas Brasil como bases de informação e conhecimento**

Para o saber e o conhecimento, são fundamentais informações, cujo acesso é de direito de todos, conforme explícito no artigo 19º da Declaração Universal de Direitos Humanos, “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. Além disso, no Brasil, a Lei de Acesso à Informação assegura que, com exceção dos sigilos previstos em lei, todas as informações produzidas ou custodiadas por órgãos públicos, independente do formato, são públicas.

Especialmente no contexto atual, os recursos tecnológicos, nomeadamente as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s), criaram e ampliam as possibilidades de acesso à informação, o que viabiliza a transmissão e produção de conhecimentos pelos indivíduos que, podem organizar e articular politicamente para reivindicar transformações sociais.

Dentre as formas de informação essenciais, sobretudo para a participação social estão os indicadores e índices sociais, cujas estatísticas, permitem às pessoas conhecer melhor a sua realidade e são importantes instrumentos para governança. Tais informações por si só não tem grande relevância para a mudança, no entanto na medida em que são compreendidos e apropriados pelas pessoas adquirem grande valor. Ao considerar a importância, sem desconsiderar as limitações do uso dos indicadores, Hancock (2000) retoma as colocações de Hancock, Labonté e Edwards (1999) no relatório saúde da população do Canadá, onde os:

[...] indicadores só são úteis se o processo de desenvolvimento e de uso envolve a comunidade como um todo, examinando ela quer ser, aonde quer ir e quais são seus valores; se o processo fornece informação útil e utilizável para a comunidade; e se o processo aumenta o conhecimento e o poder da comunidade. [...]. Também é importante ressaltar mais uma vez que nosso foco é a utilização de indicadores por parte dos cidadãos locais, organizações comunitárias e agências e governos locais, em vez de nacional e/ou decisores políticos provinciais ou pesquisadores, exceto na medida em que o desenvolvimento de políticas e pesquisa facilita o desenvolvimento e utilização de indicadores ao nível da comunidade. (HANCOCK 2000, p.9).

---

<sup>4</sup> O IDHM foi proposto em 1998, sendo o Brasil um dos países pioneiros a adaptar o índice para sua realidade (PNUD, 2014).

Portanto, em um contexto em que todos têm acesso a uma gama de informações, inclusive indicadores e índices socioeconômicos dos municípios como os do Atlas Brasil, são amplas as possibilidades para que o conhecimento local seja combinado com as quantificações, o que propicia aos cidadãos condições para a participação. Isso é fundamental no contexto do processo de planejamento e gestão urbana, pois é a partir das menores escalas (cidade e/ou bairros), que o conhecimento e as ações individuais podem ter maior contribuição para o alcance de determinada realidade desejada.

Após o lançamento do IDH Global – publicado anualmente pela sede do PNUD em Nova York para 187 países e territórios, décadas de estudos e trabalho, possibilitou a construção de indicadores e do IDHM, que permitem o conhecimento, em detalhe, das características socioeconômicas, sendo, portanto, importantes proxies para medir o nível de desenvolvimento e para, em ações e decisões, para enfrentamento das desigualdades nos municípios brasileiros. Conforme tendência de que o acesso ao conhecimento produzido é público e democrático, tais informações são disponibilizadas, por meio de dados, gráficos e tabelas, em plataforma online, chamada Atlas Brasil, de interface simples, fácil navegação e gratuita, que permite a quem se interessar fazer o uso de suas informações e seus recursos.

Pelas informações do Atlas Brasil é possível realizar comparações entre a realidade de Regiões Geográficas, Estados da Federação e Municípios<sup>5</sup>, contudo em função do IDHM ser uma adaptação metodológica do IDH, para o nível municipal, utilizando outras bases de dados, a comparação entre IDHM e IDH não é possível. Porém com diferentes indicadores e base de dados ambos consideram as dimensões longevidade, educação e renda. Sendo que, o Atlas Brasil contempla cerca de 330 indicadores socioeconômicos, divididos em dimensões, como: educação, habitação, meio ambiente, participação política, população, renda, saúde, trabalho e vulnerabilidade. Os indicadores podem desagregados em grupos populacionais como: homem/mulher; negro/branco e rural/urbano. Portanto, com significativa abrangência em relação aos aspectos do desenvolvimento humano.

As informações disponibilizadas pelo Atlas permitem cruzamentos e análises das diferenças do IDH, e das diferentes dimensões relacionadas ao desenvolvimento humano em diferentes escalas, sendo que a partir de 2020 permite o diálogo com 13 dos 17<sup>6</sup> Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, adotados em 2015 pelos Estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da Resolução 70/1 da Assembleia Geral da ONU, *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*.

As informações permitem a construção de tipologias dos municípios, podendo servir de embasamento e como critério de elegibilidade para o recebimento de políticas, recursos e programas públicos, nacionais, estaduais e municipais. E também para buscar por ações setoriais, mas também transversais, às dimensões do desenvolvimento humano, como

---

5 A plataforma online do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o Atlas Brasil, engloba o Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios e o Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas, sendo que este permite conhecer as desigualdades a nível intramunicipal, entre “bairros” de uma mesma região metropolitana (ATLAS BRASIL, 2015) .

6 O Atlas dialoga com os seguintes ODS: 1 Erradicação da Pobreza; 2 Fome Zero e Agricultura Sustentável; 3 Saúde e Bem-Estar; 4 Educação de Qualidade; 5 Igualdade de Gênero; 6 Água Potável e Saneamento; 7 Energia Acessível e Limpa; 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura; 10 Redução das Desigualdades; 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis; 15 Vida Terrestre; 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

exemplo destaca-se “a atuação dos municípios de mais baixo IDHM do estado do Maranhão – muitos deles com os piores índices do país – que se organizaram em comitiva para discutir com o Governo Federal um plano de ações para reverter o quadro negativo do desenvolvimento humano na região” (PNUD, 2014).

Além disso, sobretudo no caso das Unidades de Desenvolvimento Humano- UDHS, conceito próximo ao de bairros<sup>7</sup>, utilizadas no Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas e grandes centros urbanos, os dados intramunicipais tem grande potencial para subsidiar a gestão pública municipal, ao permitir o conhecimento das diferenças setoriais e espaciais, elaborar programas, ações adequadas às áreas mais carentes. Além disso, ao ter acesso ao conhecimento, os cidadãos também têm fundamentos para reivindicarem por melhorias e monitorar as ações nos locais onde vivem.

Especialmente no Brasil, onde descentralização administrativa assegura aos estados e municípios a autonomia para a consecução de suas políticas e serviços públicos, essa possibilidade de conhecer as nuances das heterogeneidades, que incidem sobre desenvolvimento, em pequenas escalas do tecido urbano, como no âmbito dos bairros é bastante profícua para poder agir. Afinal, conhecer os aspectos e a população mais vulnerável, de modo espacializado, é importante para as políticas públicas, principalmente nas áreas de sociais, ambientais e econômicas.

Portanto, em diferentes escalas espaciais, as informações, indicadores e índices, têm grande relevância no conhecimento e embasamento para mudança da realidade, afinal servem para formulação de diagnósticos e, por conseguinte de projetos e realização de intervenções mais precisas, assim como são essenciais para monitoramento e avaliação das intervenções, tendo em mente metas, um estado que se quer alcançar.

#### **4- DO NACIONAL AO LOCAL: Um olhar sobre as disparidades espaciais a partir do Atlas Brasil.**

O Atlas Brasil reúne uma série de indicadores municipais construídos a partir de dados de registros administrativos provenientes de diversas fontes: Ministério da Saúde (DATASUS/SIM, SINASC, SIH/SUS), Ministério da Educação (Censos Escolares), MapBiomas, Ministério da Cidadania (CadÚnico, Bolsa Família e BPC), Ministério da Economia (RAIS), Tribunal Superior Eleitoral, Ministério do Desenvolvimento Regional (SNIS), IBGE (Contas Nacionais) (ATLAS BRASIL, 2020). As informações da plataforma contemplam desde a escala nacional até a municipal, Figuras 1, 2 e 3, sendo que a partir de 2013, quando foi lançada a plataforma *online*, podem ser visualizadas, analisadas e ‘baixadas’ em diferentes configurações como: tabelas, gráficos, mapas, e como dados brutos, que são passíveis de download para a realização de alterações personalizadas, em ambiente *offline* (sem uso de internet) por programas e recursos diversos.

---

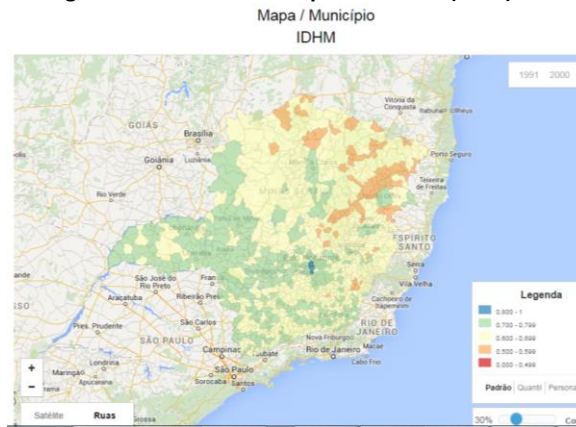
<sup>7</sup> As Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH) são recortes espaciais de maior homogeneidade socioeconômica dentro dos municípios. As unidades não são necessariamente um bairro – podem ser uma fração de um bairro, e/ou a soma de mais de um deles.



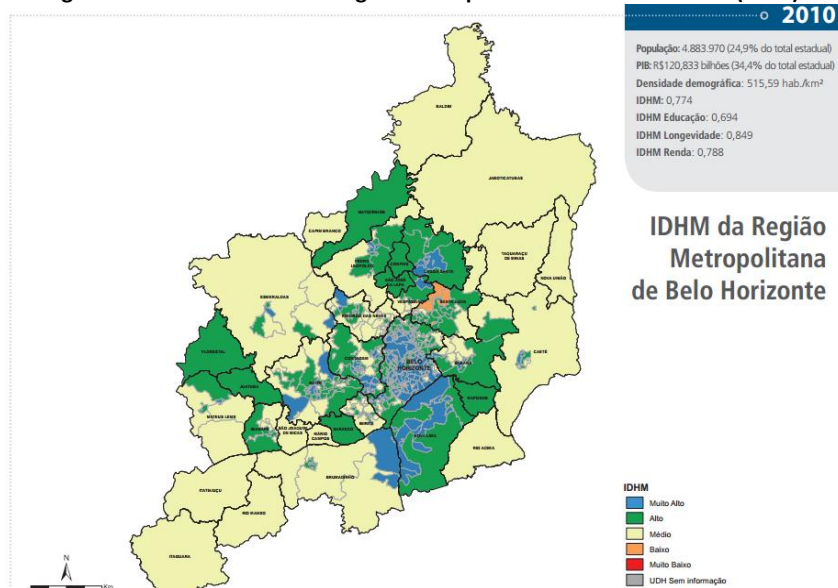
**Figura 1: IDHM nos municípios brasileiros (2010).**



**Figura 2: IDHM nos municípios mineiros (2010).**



**Figura 3: IDHM nos UDHS da Região Metropolitana de Belo Horizonte (2010).**



Fonte: ATLAS BRASIL, 2020.

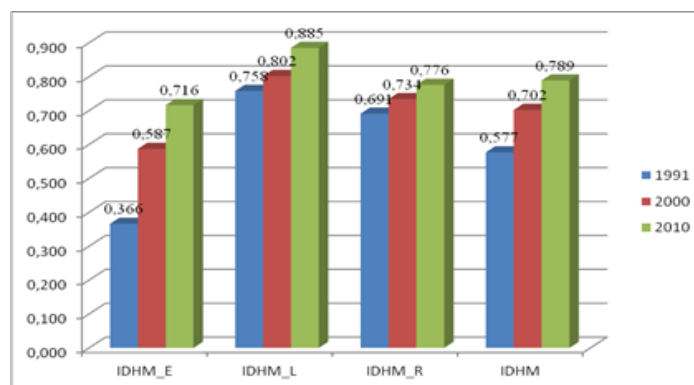
As informações do Atlas Brasil podem ser utilizadas para vários fins, dentre os quais destaca-se: a pesquisa científica, o processo de planejamento e gestão do território e como recursos didáticos para diversos conteúdos curriculares da educação básica. Nesse último caso, além da viabilização e compreensão de conteúdos abordados, ocorre a instrumentalização dos estudantes, em formação para o exercício da cidadania, para uso os recursos do Atlas Brasil.

Na perspectiva da apropriação de conhecimento pelos cidadãos para a participação nas ações locais, são especialmente relevantes as informações referentes à unidade político-administrativa mais próxima do cotidiano: o município, assim como as variações intramunicipais, entre os bairros, tal como disponibilizado para as regiões metropolitanas e grandes centros urbanos do país, por meio da Divisão Espacial da Cidade em Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs).

Didaticamente, considerando os locais em que as informações ainda não estão em UDHs, destaca-se a possibilidade de se estabelecer comparações e contextualizar as escalas locais. Por exemplo, ao considerar um município que não pertence à região metropolitana,

como Uberlândia, localizada a oeste da Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba no Estado de Minas Gerais. Em um número, que varia de 0 a 1, o IDHM do município, em 2010 foi de 0,789, portanto alto (situado entre 0,700 e 0,799), assegurando, no ranking estadual a terceira colocação de melhor IDHM, menor apenas que Nova Lima (0,813) e Belo Horizonte (0,810). E no ranking nacional, a 71ª posição, 45 posições a mais que o ano 2000. Ao analisar o IDHM decomposto nas dimensões: longevidade<sup>8</sup> (IDHM\_L), educação<sup>9</sup> (IDHM\_E) e renda<sup>10</sup> (IDHM\_R), verifica-se que os maiores índices ocorrem na renda, enquanto que a educação apresenta maior crescimento no período considerado, conforme pode-se verificar no gráfico 1.

**Gráfico 1: IDHM de Uberlândia-MG (2010)**



Fonte: ATLAS BRASIL, 2020.

Também podem ser considerados indicadores socioeconômicos, por exemplo, ao considerar as condições da habitação do município de Uberlândia, tem-se que grande parte da população do município reside em domicílios que apresentam as condições infraestruturais mínimas. Além disso, os percentuais municipais são melhores do que os estaduais e nacionais, conforme representado no quadro 1.

**Quadro 1: % da população segundo condições dos domicílios, Uberlândia, MG e Brasil (2010)**

Local	% da população em domicílios com:				
	água encanada	banheiro e água encanada	coleta de lixo	energia elétrica	densidade > 2
<b>Brasil</b>	92,72	87,16	97,02	98,58	27,83
<b>Minas Gerais</b>	94,44	94,91	97,85	99,35	18,91
<b>Uberlândia</b>	99,52	98,97	99,85	99,92	14,50

Fonte: ATLAS BRASIL, 2020.

Sabemos que um real em saneamento básico reduz os gastos com doenças em quatro reais. Logo, além de considerar os indicadores, que possuem peso significativo para a ocorrência de situação vulnerabilidade do indivíduo, também pode-se considerar e correlacionar com os primeiros os indicadores que atestam os efeitos das situações

<sup>8</sup> É obtido a partir do indicador *Esperança de vida ao nascer*, através da fórmula:  $[(\text{valor observado do indicador}) - (\text{valor mínimo})] / [(\text{valor máximo}) - (\text{valor mínimo})]$ , onde os valores mínimo e máximo são 25 e 85 anos, respectivamente.

<sup>9</sup> É obtido através da média geométrica do subíndice de frequência de crianças e jovens à escola, com peso de 2/3, e do subíndice de escolaridade da população adulta, com peso de 1/3.

<sup>10</sup> É obtido a partir do indicador *Renda per capita*, através da fórmula:  $[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{valor mínimo})] / [\ln(\text{valor máximo}) - \ln(\text{valor mínimo})]$ , onde os valores mínimo e máximo são R\$ 8,00 e R\$ 4.033,00 (a preços de agosto de 2010).

inadequadas, como o caso das internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, conforme o quadro 2.

**Quadro 2: % de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, Uberlândia, MG e Brasil (2013 -2107)**

Local	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	3,84	3,29	3,09	3,05	2,28
Minas Gerais	2,12	1,95	1,83	2,35	1,47
Uberlândia	1,18	1,74	1,01	1,35	0,74

Fonte: ATLAS BRASIL, 2020.

Logo, ao propor e disponibilizar a todos os cidadãos em uma plataforma interativa, de fácil acesso e compreensão, indicadores e índices socioeconômicos a partir dados de fontes confiáveis, o Atlas Brasil consiste em um importante instrumento a ser apropriado pela sociedade, de modo a conferir a realidade em que se vive a partir de índices, acompanhar a evolução das transformações do ambiente e da sociedade, bem como traçar estratégias para a promoção do desenvolvimento humano, especialmente no âmbito local.

## 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto, historicamente marcado pelo “desenvolvimento desigual e combinado”<sup>11</sup> e pela rápida e intensa urbanização, são grandes os desafios para o desenvolvimento humano, essencial à qualidade de vida e ao bem-estar da população. Identificar as carências e buscar entendê-las sob uma perspectiva sistêmica, sem, no entanto, deixar de agir de modo conciso, a partir de políticas públicas locais adequadas é o caminho para superar as desigualdades e alcançar o desenvolvimento.

Nesse contexto, destaca-se apesar das poderosas resistências, o conhecimento da realidade local, com base no vivido pode ser combinado com os números, expressos em indicadores e índices, servem de embasamento para a participação, assim como para a formulação de políticas públicas mais eficazes, de acordo com os anseios das populações locais. Além disso, o poder público, mas também privado, deve ter suas decisões e ações fundamentadas em indicadores socioeconômicos com enfoque multidimensional, de modo a priorizar os locais mais pobres, considerando diferentes escalas geográficas e grupos específicos. Portanto, ressalta-se a importância da disponibilização e do acesso à informação, viabilizada pelos recursos das TIC's, tal como o Atlas Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

---

<sup>11</sup> Noção advinda da geografia marxista, para explicar a natureza geográfica da desigualdade socioeconômica produzida entre os espaços, como resultado e condição do processo de reprodução socioeconômica.

\_\_\_\_\_. **Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP; 2014. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BOLZON, A. **O que é mesmo um Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)?**. 2015. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=4028>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

COBB, C. W.; RIXFORD, C. **Lessons learned from the history of social indicators**. San Francisco, 1998. Disponível em: <<http://rprogress.org/publications/1998/SocIndHist.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

DOWBOR, L. **Pikettismos**: reflexões sobre o Capital no Século XXI. 2014. Disponível em: <<http://dowbor.org/?s=piketty>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

FAHEY T., et all. **Monitoring quality of life in Europe**. European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2003.

HANCOCK, T. **Quality of Life Indicators and the DHC**. 2000. Disponível em: <[www.seo-dhc.org/reports/29QOLIndicators.pdf](http://www.seo-dhc.org/reports/29QOLIndicators.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2014.

MARANS, R. W., STIMSON, R. J. (Eds.) **Investigating Quality of Urban Life**: Theory, Methods, and Empirical Research. Springer. 2011.

MEADWAY, J. **Economic healthcheck**: A return to growth, but no recovery. Disponível em: <[http://b.3cdn.net/nefoundation/4f95224c8c7e7ce5b2\\_3nm6benfa.pdf](http://b.3cdn.net/nefoundation/4f95224c8c7e7ce5b2_3nm6benfa.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2015.

METCALFE, O.; HIGGINS, C. **Healty public policy** – is health imapsct assessment the nerstone? Public Health, 123, p. 296-301. 2009.

NAÇÕES UNIDAS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2014). **World Urbanization Prospects: The 2014 Revision, Highlights (ST/ESA/SER.A/352)**. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wup/Highlights/WUP2014-Highlights.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. UN-HABITAT. Disponível em: <http://www.onuhabitat.org/>. Acesso em: 05 out. 2020.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Governance for health in the 21st century**. Geneva, Switzerland. 2012.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **PNUD analisa o impacto do IDHM na gestão pública brasileira**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3844>>. Acesso em: 05 jun. 2020.